

Lições da pobreza dos outros

José Pio Martins (*)

Em 2004, circulou um polêmico relatório feito pelo Fórum Econômico Mundial com a afirmação de que a estagnação da África foi a maior tragédia econômica do século XX

O documento foi assinado por Elsa V. Artadi, da Universidade Harvard, e Xavier Sala-i-Martin, de Columbia, e trazia uma informação intrigante: em 1970, a África abrigava 10% dos pobres do mundo; em 2000, essa taxa era de quase 50%. O crescimento econômico foi tão reduzido que a maioria dos países ao sul do Saara estava em condições piores do que na época em que eles se tornaram independentes.

O relatório atribuía o fracasso africano aos seguintes fatores: conflitos militares; corrupção; desprezo pela lei; políticas fiscais indisciplinadas; infraestrutura precária; e baixo investimento em capital físico. E os autores declaravam: "Não deve haver dúvida de que o maior desastre econômico do século 20 é a performance deprimente do crescimento no continente africano".

O que isso tem a ver com o Brasil? Afora conflitos militares, todos os demais fatores causantes do fracasso africano estão presentes em nosso país. Eis aí um cardápio de ingredientes que o Brasil deve combater a todo custo, sob pena de não superar a pobreza e o atraso. O Congresso Nacional, com 513 deputados e 81 senadores, deveria ser o foro adequado para debates inteligentes e avançados sobre os problemas nacionais, sobre o que está errado e quais reformas devem ser feitas para impedir que o país caia na síndrome do fracasso africano.

O diagnóstico feito pelo relatório referido pode nos ensinar valiosas lições sobre o fracasso da África e quais os caminhos para não incorrer nos mesmos erros. Infelizmente, o Congresso Nacional tornou-se um valhacouto de mediocridades intelectuais e parlamentares desaparelhados para a discussão inteligente

dos grandes temas nacionais. Um homem sem cultura e de poucos conhecimentos pouco tem a contribuir em uma discussão complexa na casa de leis. Não conseguiu a grandeza, o Congresso fica reduzido a questões pequenas e comezinhas.

Desnecessário dizer que há políticos de alto nível, capazes de um diálogo com sabedoria. Mas esses, convenhamos, são tão poucos que eles somem no oceano de mediocridades. Não tem sido por outra razão que as questões relevantes votadas no parlamento tenham origem no Poder Executivo.

Se um relatório de alto nível como esse do Fórum Econômico Mundial, rico em informações sobre as desgraças de um continente inteiro, é ignorado pelas elites políticas no poder mesmo sabendo que, em sua maioria, essas causas estão presentes no Brasil, a conclusão é de que a maior parte dos parlamentares não tem cultura e conhecimento para tratar de temas complexos.

O Brasil tem as principais condições para ser um país rico e com bom padrão de vida. Mas a apatia e a inércia, inclusive de boa parte dos intelectuais, diante das graves questões nacionais podem condenar o país a permanecer na pobreza e no atraso. O detalhamento do que aconteceu com o continente africano e a identificação das causas compõem um material de alta utilidade para a compreensão dos problemas e das políticas fundamentais para a superação do atraso e da pobreza. É lamentável que não utilizemos esse material a nosso favor.

Durante décadas, vingaram teses afirmando que há países ricos porque outros são pobres. Na América Latina, a cantilena entre os políticos era a de que somos pobres porque os Estados Unidos são ricos. Atualmente se sabe que isso é uma bobagem monumental, e gastamos tempo demais culpando inimigos externos por nossos equívocos e nossa incapacidade de entregar a nossos filhos um país sem pobreza e sem miséria.

(*) - Economista, é reitor da Universidade Positivo.

Jobim: PT pretende levar candidatura de Lula até o fim

O ex-presidente do STF e ex-ministro Nelson Jobim disse na sexta-feira (11), que o PT poderá registrar o ex-presidente Lula como candidato ao Planalto, mesmo com o petista preso e condenado em segunda instância

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem o período de 15 a 30 de agosto para julgar o pedido. Ele avalia como "quase certa" a impugnação da candidatura de Lula pela Justiça Eleitoral, pela regra de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa.

Jobim afasta a possibilidade de o PT ser impedido de registrar a candidatura de Lula, no TSE. "Para você dizer que não analisa, você precisa ter recebido. É impossível não poder protocolar." Ele ainda considera a possibilidade de o Supremo conceder uma liminar ao partido para que a Justiça garanta o registro de Lula. "Pode acontecer", avaliou

Ex-ministro dos governos FHC e Lula, Jobim avalia que o PT tem três possibilidades para a eleição presidencial, defendidas por dife-



Ex-presidente do STF e ex-ministro Nelson Jobim.

rentes correntes no partido: indicar um substituto para Lula após a impugnação da candidatura; indicar um candidato a vice para herdarem os votos do ex-presidente;

ou ainda se coligar com Ciro Gomes (PDT). Questionado sobre qual das três possibilidades ele considera mais provável, Jobim disse não apostar em nada. Os

Regulamentação para profissão de psicomotricista

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o projeto do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que regulamenta a profissão de psicomotricista e autoriza a criação dos conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade. A proposta foi apresentada para atender a uma antiga reivindicação da categoria, cuja atividade já está regulamentada em países como Bélgica, França, Suíça e Dinamarca.

A psicomotricidade é uma ciência e uma área terapêutica relacionada ao aprendizado e à maturação dos movimentos do corpo humano. Em geral, o psicomotricista atende a crianças em fase de desenvolvimento ou com dificuldades e atrasos no desenvolvimento global; pessoas com deficiências sensoriais, motoras, mentais e psíquicas; e pessoas com distúrbios sensoriais, perceptivos e motores em consequência de lesões neurológicas.

O relator, deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), recomendou a aprovação do projeto por entender que ele atende aos critérios de constitucionalidade e boa técnica legislativa. O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Seguridade Social e rejeitado pela Comissão de Trabalho. A decisão final caberá ao Plenário (Ag.Câmara).

Política nacional do cuidado de pessoas vulneráveis

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara aprovou projeto que institui a Política Nacional do Cuidado, com o objetivo de criar uma rede de assistência social para pessoas em situação de vulnerabilidade ou dependência, como crianças e idosos. Pela proposta da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), será implantada de forma descentralizada pelo governo com apoio dos estados e municípios.

A relatora do projeto, deputada Flávia Moraes (PDT-GO), apoiou o texto, mas fez alterações por meio de substitutivo. Retirou a obrigatoriedade de atenção à pessoa em situação de vulnerabilidade, independentemente da renda pessoal ou familiar, prevista no projeto. Ela sugeriu que essa política seja válida, inicialmente, para as pessoas em situação de dependência mais severa e de menor renda.

"À medida que o aumento da arrecadação permita, essa expansão deve ser estendida



Flávia retirou do projeto a obrigação de se regulamentar a atividade profissional de cuidador.

para todas as pessoas em situação de dependência para o exercício de atividades básicas da vida diária, estabelecendo-se uma graduação que considere a necessidade de apoio e as condições socioeconômicas do beneficiário", justificou a relatora. A versão aprovada autoriza incentivos fiscais a particulares que exercem ações para complementar o cuidado de pessoas em situação de dependência leve e moderada.

A relatora propõe que a Política Nacional do Cuidado seja financiada por meio de aumento de despesas de caráter continuado. O texto original previa a inclusão da despesa na legislação orçamentária do ano seguinte à entrada em vigor da lei. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Maggi comemora a abertura de novos mercados

No dia 12 de maio de 2016, data em que assumiu o Ministério da Agricultura, Blairo Maggi já sabia o que fazer. O trabalho baseou-se em duas linhas mestras. Primeira, a abertura de novos mercados para o agronegócio. Segunda, a montagem de uma estrutura para reduzir a burocracia "que impera sobre aqueles que trabalham na produção agropecuária". Dois anos depois a colheita deu resultados. A maior safra de grãos da história com 240 milhões de toneladas em 2016-2017.

Superávit agrícola recorde de 95 bilhões de dólares. O Brasil hoje vende para 189 países e o bloco da União Europeia, é o 2º maior exportador e o 4º maior produtor de alimentos do mundo. "Abrir mercados significa dizer aos produtores brasileiros: vocês estão ok, os certificados estão prontos, agora vocês podem vender. O Governo não compra, nem ven-



Ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

de. O Governo cria condições para que as empresas trabalhem. Por sua vez, as empresas são associadas a entidades de classes que atuam com muita competência, acompanhando as tratativas do Governo e garantindo sequência ao processo", disse Blairo.

O Governo colocou à disposição do produtor agrícola 185 bilhões de reais. Esse valor foi

quase todo utilizado em financiamento, custeio, modernização de frotas, acesso a novas tecnologias e modernização de propriedades. A safra farta desse período ajudou muito a balança comercial do Brasil com o superávit recorde de 95 bilhões de dólares. Do crescimento de 1% do PIB brasileiro no ano passado, 70% veio da agricultura e da pecuária (Mapa).

Negada liminar para garantir representante de Lula em debates

O ministro Og Fernandes, do TSE, negou um pedido de liminar (decisão provisória) do PT para que fosse garantida a participação de um representante do ex-presidente Lula em debates entre pré-candidatos ao Palácio do Planalto. Desde que Lula foi preso, em 7 de abril, o PT o mantém como pré-candidato da legenda, afirmando que irá registrá-lo para concorrer ao pleito. Pela via judicial, o partido pretendia garantir a presença de um representante de Lula já no ciclo de entrevistas com pré-candidatos, iniciado pelo jornal Folha de S.Paulo, pelo portal UOL e pelo SBT. O partido alegou que Lula não foi convidado apesar de aparecer como "líder na pesquisa de intenção de votos". Os veículos de comunicação estariam com isso violando o princípio da isonomia entre os pré-candidatos, segundo o PT, ao

alegarem que o ex-presidente "estaria indisponível para figurar nas entrevistas em decorrência de sua prisão".

Ao analisar o caso, Og Fernandes reconheceu a importância da isonomia, mas destacou não haver dispositivo legal que garanta a participação de representante na hipótese de impossibilidade de participação de determinado candidato. O ministro disse que o caso não tem precedentes e por isso deve ser examinado em plenário pelo TSE. Enquanto isso não ocorre, ele entendeu não haver urgência na concessão de liminar, pois "o fato de o ciclo de entrevistas já ter se iniciado não impede que, em caso de procedência desta representação, venha ser garantido à agremiação o direito de indicar alguém para ser entrevistado no lugar de seu pré-candidato" (ABR).

Bônus salarial para professores está na pauta

Professores de escolas públicas com desempenho acima da média nacional nas avaliações do Inep) podem passar a receber bônus salarial. O benefício está no projeto do Senado que pode ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira (15). O relatório que será votado é um substitutivo do senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ao projeto do ex-senador Wilson Matos (PSDB/PR).

O texto garante prioridade no acesso ao aperfeiçoamento profissional continuado aos docentes de escolas com baixo desempenho no Inep. Para o senador, ambas as medidas promovem a valorização do professor, consequentemente, da educação. "Acreditamos que o pagamento de bonificação salarial aos docentes cujas escolas obtiverem resultados acima da média nacional nas mesmas avaliações é elemento indispensável para promoção da valorização dos profissionais da educação", justificou Cristovam.

De acordo com o senador, estudo da Consultoria Legislativa do Senado aponta um impacto orçamentário da ordem de R\$ 1 bilhão por ano, prevendo-se um bônus salarial de R\$ 1 mil a cada professor que fizer jus ao benefício. O texto prevê que os efeitos financeiros só se darão no segundo ano subsequente à publicação, o que torna o impacto nulo nos dois primeiros anos. O texto será analisado pela Comissão de Educação (Ag.Senado).

Estação 45

<p>Almoço Segunda a Sábado das 11h30 às 15h</p>	<p>Noite Quarta a Domingo a partir das 18h</p>
<p>Nosso Bufê possui grande variedade de saladas, frutas e os mais deliciosos pratos quentes e frios.</p>	<p>Divirta-se com seus amigos em nosso Happy hour ou traga sua família para experimentar uma de nossas massas ou pizzas mais saborosas da região.</p>
<p>Música ao vivo aos Sábados</p>	
<p>Delivery</p>	
<p>(quarta a domingo, das 18h às 23h30) 5575-9224 / 5571-3369</p>	
<p>Rua Dr. Neto de Araújo, 45 - Vila Mariana www.estacao45.com.br</p>	